

# Espaço público

Conhecidas as causas da crise, não se percebe porque na UE continuam a aplicar os mesmos remédios que levaram a ela

## Crise económica, crise da democracia

Vivemos tempos de grandes dificuldades, embora naturalmente mais nuns países europeus do que noutros e com as periferias a norte (algumas) e a sul a serem mais fustigadas. Mas esta crise não é apenas económica, é também, e sobretudo, uma crise das democracias e do projecto europeu. Mais: evidência o falhanço das soluções neoliberais que insistem em nos propor como panaceia.

Tudo começou com a forte liberalização dos mercados à escala mundial e com a ascensão das doutrinas neoliberais e dos actores que as concretizaram desde os anos 1980 para cá. Em termos de orientações para as políticas públicas, a ascensão do neoliberalismo teve no célebre "consenso de Washington" uma das suas traves mestras. Além disso, o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio desempenharam um papel chave na sua promoção à escala planetária. Há vários elementos que caracterizaram este período: a prioridade ao equilíbrio orçamental; o recuo do papel do Estado, sobretudo nas áreas sociais; o elogio do mercado como o melhor mecanismo para alocação de recursos; o recuo dos impostos sobre o capital, nalguns casos o fim da progressividade fiscal (*flat tax*); o aumento brutal das desigualdades (David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford University Press, 2007). Na Europa, além do Reino Unido, aplicaram os axiomas deste modelo, e constituíram mesmo os modelos ideais que os neoliberais portugueses (e não só) amiúde nos propunham para emularmos, a Irlanda e os países bálticos. Estes últimos adoptaram entusiasticamente o neoliberalismo simultaneamente por motivos políticos (forte repulsa da opressão soviética) e económicos (necessidade de atrair investimento para uma economia fragilizada; reduzida solidariedade dos fundos europeus).

Mas depois, fruto da desregulação promovida activamente pelos defensores do neoliberalismo, veio a maior crise económica desde os anos 1930, na linha do *subprime* e da falência de vários bancos e seguradoras, e não só a Irlanda como os países bálticos estão todos na linha da frente dos mais prejudicados. A Irlanda tem sido muito falada: está a ser alvo de um plano de resgate do FMI e da UE, acompanhado por um brutal programa de austerida-



André Freire

de. Mas na Letónia, por exemplo, a situação não é muito diferente. Este país, tal como os outros países bálticos, está (com Portugal) entre os campeões das desigualdades na Europa e está entre aqueles onde o desemprego tem as mais elevadas taxas (após a Espanha). A crise, que estalou logo em 2008, levou o país a pedir ajuda ao FMI, na linha da qual reduziu os salários dos funcionários (em cerca de 30 por cento) e as despesas do Estado (*Visão*, 25/11).

Esta crise mundial foi prontamente reconhecida como um resultado da forte liberalização da economia mundial e da desregulação associada. Mas a falência deste modelo é também evidenciada por atingir fortemente as suas jóias da coroa na Europa: Irlanda, Islândia, Reino Unido, países bálticos. Além disso, foi esta semana divulgado um estudo do FMI (1) que dava conta que as crises do *subprime* e dos sistemas bancários radicavam também no grande fosso entre ricos (a viver sem problemas) e pobres (a viver sobretudo do crédito) (*Jornal i*, 27/11). Quando a bolha imobiliária rebentou, os bancos foram atrás... Embora o estudo se reporte aos EUA, é assumido que os resultados são transponíveis para a Europa.

Mas como disse, esta crise é sobretudo uma crise dos regimes democráticos. Primeiro, porque, apesar de a crise radicar na desregulação dos mercados e dos investimentos ruinosos dos bancos, foram os cidadãos que foram chamados a socializar os prejuízos e, posteriormente, a pagar os custos nos défices orçamentais e nas dívidas públicas resultantes de tal socialização (bem como de outras medidas para aliviar os efeitos da crise) - ainda no sábado passado uma manifestação em Dublin reclamava disto mesmo; ver também Paul Krugman no *Washington Post*, 24/11, *Eating the Irish*. Segundo, porque os programas de austeridade têm sido muito assimétricos (na Irlanda, por exemplo, reduzem-se salários dos funcionários mas mantém-se na prática a baixíssima taxa de IRC; por cá, criam-se excepções para as empresas públicas, continua a despejar-se mais e mais dinheiro para a Defesa, mantêm-se valores chorudos para o financiamento dos partidos, apesar dos cortes, mas corta-se muito nos rendimentos dos funcionários mais qualificados e nos apoios sociais aos mais pobres). Terceiro, porque esta crise evidencia a tibieza do rumo que tem seguido o projecto europeu:



Caso Alegre vença (pelos seus valores e pela independência que sempre manifestou, nomeadamente face ao seu partido), poderemos contar com um contrapeso na presidência

propiciar uma mudança de Governo já no próximo ano, não por adesão ao programa neoliberal do PSD mas para castigar o PS. Caso Cavaco seja eleito, poderemos ficar sem nenhum contrapeso na presidência capaz de sequer atenuar uma tal inflexão neoliberal. Pelo contrário, caso Alegre vença (pelos seus valores e pela independência que sempre manifestou, nomeadamente face ao seu partido), poderemos contar com um contrapeso na presidência que trave ou amortea uma tal inflexão. *Político, ISCTE-IUL (andre.freire@meo.pt). Membro da Comissão Política da Candidatura de Manuel Alegre*

Ao que o CM apurou, o Ministério das Finanças, após ter tido conhecimento destas ilegalidades, não solicitou aos beneficiários a devolução das verbas. Nas últimas três semanas, o CM questionou várias vezes, a última das quais na sexta-feira, o Ministério das Finanças sobre esta situação, mas nunca obteve resposta.

Para já, segundo fonte conhecida, "quem beneficia desta situação são reformados da política, dos altos quadros da Função Pública e das altas patentes das Forças Armadas". ■



Primeiro-ministro autoriza

● O Estatuto da Aposentação (EA) dos subscritores da CGA é peremptório no artigo 78º: "Os aposentados não podem exercer funções públicas ou prestar trabalho remunerado, ainda que em regime de contrato de tarefa ou de avença, em quaisquer serviços do Estado, pessoas colectivas públicas ou empresas públicas (...)"

O mesmo diploma estabelece apenas duas excepções a este

princípio: "Quando haja lei que o permita" e "quando, por razões de interesse público excepcional, o primeiro-ministro expressamente o decida". E essa autorização é válida "por um ano, excepto se fixar um prazo superior, em razão da natureza das funções ou do trabalho autorizados". Já a lei 52-A, de Outubro de 2005, fixa limites à cumulação de salários e pensões no exercício de cargos políticos. ■